

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (CCVM) do semestre findo em 30 de junho de 2020, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Desempenho:** No semestre a CCVM apresentou um lucro de R\$ 68.272 mil, correspondente a R\$ 9,04 por ação, sendo que no primeiro semestre de 2019 apresentou lucro de R\$ 48.107 mil. Em 30 de junho de 2020 o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 132,42, um aumento de 7,33% em relação ao exercício anterior. O primeiro semestre de 2020 foi marcado pela pandemia do Covid-19 e seus desdobramentos econômicos e sociais. Apesar do cenário imposto pela pandemia, o JP Morgan manteve as suas atividades sem impactos financeiros significativos. **Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria é único para o Conglomerado JP Morgan, sendo composto por quatro membros, todos eles diretores do Banco J.P. Morgan S.A. As demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2020 foram aprovadas por esse comitê em reunião realizada em 2 de setembro de 2020. São Paulo, 2 de setembro de 2020 **A Diretoria**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO E 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Junho	Dezembro	Passivo	Nota	Junho	Dezembro
		2020	2019			2020	2019
Circulante		1.978.933	888.109	Circulante		984.844	563.187
Caixa e equivalentes de caixa	4	788.413	455.427	Outras obrigações	8	984.844	563.187
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	610.017	-	Outras obrigações fiscais		39.578	62.381
Aplicações em depósitos interfinanceiros		610.017	-	Negociação e intermediação de valores		928.669	483.410
Títulos e valores mobiliários	6	61.236	72.822	Diversas		16.597	17.396
Carteira própria		29.997	49.991	Não circulante		11.067	10.298
Vinculados à prestação de garantias		31.239	22.831	Outras obrigações	8	11.067	10.298
Outros créditos	8	519.159	359.749	Obrigações fiscais diferidas		90	75
Rendas a receber		453	437	Provisões para passivos contingentes e obrigações legais		3.263	3.331
Negociação e intermediação de valores		518.106	356.713	Diversas		7.714	6.892
Diversos		600	2.599	Patrimônio líquido	12	999.924	931.652
Outros valores e bens	108	111	111	Capital social		533.872	533.872
Despesas antecipadas		108	111	De domiciliados no país		533.872	495.622
Não circulante	16.902	617.028	617.028	Aumento de capital		-	38.250
Realizável a longo prazo		11.943	11.792	Reservas de capital		2.186	2.186
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	-	599.447	Reservas de lucros		399.008	395.594
Aplicações em depósitos interfinanceiros		-	599.447	Lucros acumulados		64.858	-
Outros créditos	8	11.943	12.345	Total do passivo e patrimônio líquido		1.995.835	1.505.137
Créditos tributários		6.601	7.894				
Diversos		5.342	4.451				
Imobilizado	9	4.959	5.236				
Imóveis de uso		5.624	5.624				
Outras imobilizações de uso		2.379	2.377				
(-) Depreciações acumuladas		(3.044)	(2.765)				
Total do ativo		1.995.835	1.505.137				

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Em milhares de reais)

Em	Nota	Capital social		Reservas de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Capital	Aumento de capital	Subvenções para investimento	Outras reservas	Legal	Estatutária		
Em 31 de dezembro de 2018		495.622	-	561	1.592	45.905	235.307	-	778.987
Total do resultado abrangente do período		-	-	-	-	-	-	48.107	48.107
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	48.107	48.107
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação:									
Reserva legal		-	-	-	-	2.406	-	(2.406)	-
Em 30 de junho de 2019		495.622	-	561	1.592	48.311	235.307	45.701	827.094
Em 31 de dezembro de 2019		495.622	38.250	561	1.625	53.874	341.720	-	931.652
Aumento de capital	12	38.250	(38.250)	-	-	-	-	68.272	68.272
Total do resultado abrangente do período		-	-	-	-	-	-	68.272	68.272
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	68.272	68.272
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação:									
Reserva legal		-	-	-	-	3.414	-	(3.414)	-
Em 30 de junho de 2020		533.872	-	561	1.625	57.288	341.720	64.858	999.924

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora" ou "Instituição") é uma controlada direta do Banco J.P. Morgan S.A., constituída na forma de sociedade por ações e com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729 – São Paulo/SP. Suas operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atua integralmente no mercado financeiro, nacional e internacional. Consequentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições. As demonstrações contábeis da Corretora foram aprovadas pelo Comitê de Auditoria do Conglomerado JP Morgan em 2 de setembro de 2020.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis individuais da instituição foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). A Resolução nº 4.720, do CMN, e a Circular nº 3.959, do BACEN, estabelecem critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, vigentes a partir de janeiro de 2020. Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. A Instituição elabora suas demonstrações contábeis e as disponibiliza em seu site (<https://www.jp.org.br>) e em seu endereço eletrônico (<https://www.jp.org.br>).

3. Principais práticas contábeis

(a) Apuração do resultado - É apurado pelo regime de competência.
(b) Títulos e valores mobiliários - Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068, do BACEN, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração na categoria "Títulos para negociação", relativa a títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo classificados no circulante e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Para cálculo do valor de mercado da carteira de títulos públicos federais são utilizados os preços médios de negociação ou o valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. Os títulos públicos têm seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA. Para cálculo do valor de mercado da carteira de ações, é utilizada a cotação de fechamento divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). Podem ser realizados ajustes resultantes dos procedimentos de avaliação de apereamento previstos pela Resolução nº 4.277, do CMN. A avaliação da necessidade de ajuste independe da metodologia de apereamento adotada, sendo observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade.

(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo - Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado.
(d) Imobilizado - Representado por imobilizado de uso e demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens. A avaliação periódica sobre o reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos, normalizada pela Resolução nº 4.535, do CMN, tem periodicidade anual e é realizada no segundo semestre.

(e) Passivos circulante e não circulante - Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.
(f) Passivos contingentes e obrigações legais - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823, do CMN, e Carta Circular nº 3.429, do BACEN.

(g) Imposto de renda e contribuição social - A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 15% para o ano corrente. Ativo e passivo fiscais diferidos referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 30 de junho de 2020:
 (i) o crédito tributário de IRPJ foi calculado mediante a utilização da alíquota de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e
 (ii) o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização da alíquota de 15% sobre ajustes temporários a serem realizados.
(h) Caixa e equivalentes de caixa - Incluem disponibilidades e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e com prazo original de vencimento em até 3 meses.
(i) Unidade de ações restritas - Os funcionários elegíveis participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz concedidas, multiplicado pelo valor da RSU em data da concessão (valor justo). A Instituição registra as despesas com plano de benefícios em ações no resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme CPC10 – Pagamento baseado em ações. Em função da existência de um acordo de repagamento a matriz dos benefícios concedidos, a Instituição registra um passivo em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Os efeitos de variação cambial desse passivo, convertido pela taxa do dia, são registrados em contrapartida ao resultado. Esse acordo prevê o pagamento do menor valor entre *grant* e *vesting*, assim se o valor do *vesting* for menor que o valor do *grant* no repagamento à matriz, haverá aumento da Reserva de capital da Instituição.

4. Caixa e equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de vencimento em até 3 meses.

	Junho de 2020	Dezembro de 2019
Disponibilidades	514	606
Aplicações em operações		
compromissadas – posição bancada	374.999	330.300
Aplicações em depósitos interfinanceiros	412.900	124.521
Total	788.413	455.427

	Junho de 2020	Dezembro de 2019
Aplicações em depósitos interfinanceiros	610.017	599.447
Total	610.017	599.447

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez: São representadas por aplicações em depósitos interfinanceiros com vencimento superior a 3 meses.

	Junho de 2020	Dezembro de 2019
Aplicações em depósitos interfinanceiros	610.017	599.447
Total	610.017	599.447

6. Títulos e valores mobiliários

(a) Classificação e composição da carteira

	Valor de custo	Ganhos/(Perdas) não realizados	Valor de mercado junho de 2020	Valor de mercado dezembro de 2019
Títulos para negociação				
Carteira própria	29.997	-	29.997	49.991
LTN	29.997	-	29.997	49.991
Vinculados à prestação de garantias	31.206	33	31.239	22.831
LTN	14.189	33	14.222	6.098
Cotas de fundo de investimento	17.017	-	17.017	16.733
Total da carteira de TVM	61.203	33	61.236	72.822

(b) Composição por prazos de vencimentos dos papéis

	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
Carteira própria	-	29.997	-	29.997
Vinculados a prestação de garantias	17.017	-	14.222	31.239
Total da carteira – junho de 2020	17.017	29.997	14.222	61.236
Total da carteira – dezembro de 2019	16.733	49.991	6.098	72.822

7. Instrumentos financeiros derivativos: Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Instituição não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

8. Outros créditos e outras obrigações

(a) Negociação e intermediação de valores:

	Junho de 2020	Dezembro de 2019
	Ativo	Passivo
Caixas de registro e liquidação	178.383	114.734
Devedores/credores - conta liquidação pendentes	339.723	925.638
Outras obrigações por negociação e intermediação	-	3.031
Total	518.106	928.669

A conta "Caixa de registro e liquidação" representa o total a receber/pagar às Bolsas de Valores, correspondentes às operações de compra/venda de ações e outros ativos financeiros por conta de clientes. Em "Devedores/credores - conta liquidação pendentes" estão registrados os valores de clientes incluindo saldos a receber/pagar correspondentes a ordens de compra/venda de ações e outros ativos financeiros de clientes. Parte dos saldos disponíveis de clientes é oriundo do custodiante global, JP Morgan Securities PLC, que é uma empresa coligada.

(b) Créditos tributários e obrigações fiscais diferidas:

A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	Junho de 2020	Dezembro de 2019
Diferenças temporárias	6.601	7.894
Contingências	456	493
Provisão de honorários advocatícios	361	352
Provisão para participação nos lucros	2.930	4.680
Unidade de ações restritas – RSU	2.802	2.141
Outros	52	29
Créditos tributários – ativo	6.601	7.894
Obrigações fiscais diferidas – passivo	90	75

No semestre foi constituído crédito tributário de R\$ 3.694 (junho de 2019 – R\$ 1.608) e IR diferido passivo no valor de R\$ 15 sobre diferenças temporárias, tendo sido realizado R\$ 4.987 (junho de 2019 – R\$ 3.454).

A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 6.601 (dezembro de 2019 – R\$ 7.894) é estimada em 46% no 1º ano, 11% no 2º ano, 22% no 3º ano, 12% no 4º ano, 1% do 5º ao 7º ano e 2% do 8º ao 10º ano. Com base na Resolução nº 4.720, do CMN, e na Circular nº 3.959, do BACEN, para fins de balanço os créditos tributários e obrigações fiscais diferidas devem ser apresentados integralmente no longo prazo. O saldo comparativo de 31 de dezembro de 2019 foi reclassificado para manter a comparabilidade. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 5.960 (dezembro de 2019 – R\$ 7.071). A Corretora reconheceu créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre todas as origens existentes em 30 de junho de 2020 e de 31 de dezembro de 2019.

(c) Outras obrigações fiscais: Referem-se, principalmente, à provisão para impostos e contribuições sobre lucros no valor de R\$ 36.328 (dezembro de 2019 – R\$ 60.007).

(d) Passivos contingentes e obrigações legais: As provisões para contingências constituídas e obrigações legais e as variações no período estão assim apresentadas:

I. Composição dos saldos patrimoniais

	Junho de 2020	Dezembro de 2019
Fiscais e previdenciárias	2.234	2.212
Trabalhistas	1.029	1.119
Total	3.263	3.331

II. Movimentação dos saldos patrimoniais

	Fiscais e Previdenciárias		Trabalhistas	
	Junho de 2020	Dezembro de 2019	Junho de 2020	Dezembro de 2019
Saldo inicial	2.212	1.119	3.331	2.803
Despesas financeiras - juros	22	23	45	101
Constituições	-	377	377	470
Reversões	-	-	-	(43)
Pagamentos	-	(490)	-	(490)
Saldo final	2.234	1.029	3.263	3.331

III. Fiscais e previdenciárias - obrigações legais e outros passivos contingentes:

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária, que discutem a exigência de PIS com base nas ECs 01/94 e 10/96. Por representarem obrigações legais, os montantes envolvidos estão integralmente provisionados. Adicionalmente, a provisão considera processos sobre questionamento de contribuições previdenciárias sobre contribuintes individuais. A Instituição também é parte em processos administrativos de natureza tributária, caracterizados como passivos contingentes, que envolvem (i) a imposição de IRPJ e CSLL sobre ganhos decorrentes da desmutualização da Bovespa e BM&F no valor de R\$ 23.534 (dezembro de 2019 – R\$ 23.321) e (ii) PIS e CDFINS sobre receitas de exportação de serviços, para os anos de 2009 a 2011, 2013 e 2014, no valor de R\$ 30.411 (dezembro de 2019 – R\$ 30.077). Os advogados responsáveis pela condução dos casos classificam seu risco de perda como possível.

IV. Ações trabalhistas: Referem-se a ações contra a Instituição, patrocinadas por ex-funcionários. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando as características individuais de cada ação. Em junho de 2020 e em dezembro de 2019, não haviam contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos.

(e) Outros créditos - diversos: Estão representados, principalmente, por devedores por depósitos em garantia, atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

Depósitos Judiciais

	Junho de 2020	Dezembro de 2019
Fiscais e previdenciárias	4.408	4.378
Trabalhistas	660	72
Total	5.068	4.450

(f) Outras obrigações – diversas: Referem-se, principalmente, à provisão para despesas com pessoal no valor de R\$ 19.832 (dezembro de 2019 – R\$ 20.570) e para despesas administrativas no valor de R\$ 1.007 (dezembro de 2019 – R\$ 935).

9. Imobilizado: "Imóveis de uso" estão representados em 30 de

A DIRETORIA NA DATA DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Azarias de Castro Feitosa Junior
Daniel de Moraes e Silva Granja
Decio Ramos Porchat de Assis
Fabio Jorge Resegue

Jorge Constantino Bernardes dos Santos
Landulpho Borges da Fonseca Tutzer Profilli
Luiz Fernando Tanus Gambale

Marcelo Silveira Barbosa
Márcio Bonfiglioli

DIRETOR RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Jorge Constantino Bernardes dos Santos

CONTADORA

Lucila Parize Moraes Stolf Litwin - CRC 1SP228413/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** - A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da

Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para

fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 3 de setembro de 2020.



pwc PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6